



**EDITAL DE PREGÃO Nº 033/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 024/2021
EXCLUSIVO PARA ME**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-Go, à Avenida Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, torna público para conhecimento de interessados, que fará licitação na modalidade pregão (presencial) para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo proposta de **menor preço POR ITEM**, no **26 de outubro de 2021** às **09h00min**, no auditório Oedi Silva, no Prédio da Prefeitura Municipal, Palácio Entre Rios, tendo por objeto **Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para atender as necessidades do Município de Ipameri. De acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária a 8.666/93 e suas alterações posteriores e Lei Complementar 123/2006, bem como a Instrução Normativa nº 00010/2016 do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás-TCM-GO, Decreto Municipal 665/2021 e demais normas aplicáveis à matéria e especificações do anexo I do edital normativo.

O edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente (de segunda a sexta das 8:00h as 11:00 e 13:00 às 17:00), site (www.ipameri.go.gov.br) ou pelo fone (64) 3491 6000.

Prefeitura Municipal de Ipameri-GO, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2021.

BIANCA FERREIRA GENERALI CARNEIRO
Pregoeira



PREÂMBULO
EDITAL DE PREGÃO Nº 033/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 024/2021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº	033/2021
PROCESSO Nº	2021017548
DATA DA REALIZAÇÃO	26/10/2021
HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO	09h00min
LOCAL DA REALIZAÇÃO	Auditório Oedi Silva, Prédio da Prefeitura Municipal, Palácio Entre Rios, Avenida Pandiá Calógeras nº 84 – Centro Ipameri-GO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-Go, à Avenida Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, torna público que fará realizar licitação, na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS**, tipo **PROPOSTA DE MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e subsidiariamente, no que couber pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar 123/2006 e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, pelas demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e as regras desse edital.

A sessão de processamento do Pregão Presencial para registro de preços será realizada no Auditório Oedi Silva, Prédio da Prefeitura Municipal, Palácio Entre Rios, Avenida Pandiá Calógeras nº 84 – Centro Ipameri-GO, iniciando-se às 09h00min do 26 de outubro de 2021 e serão conduzidos, pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 609/2021, de 27 de abril de 2021, da lavra do Senhor Prefeito Municipal de Ipameri.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

I - DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para atender as necessidades do Município de Ipameri, conforme quantitativos e especificações do anexo I do presente Pregão.

II - DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar nos itens de valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), exclusivamente, os interessados que:

2.1.1. Sejam MICROEMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) constantes da Micro Região de Catalão (Decreto Municipal 665/2021)



que atendam os requisitos da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como os termos da Instrução Normativa nº 0010/2016, TCM-GO, fazendo-se necessária a manifestação de cumprimento pleno dos requisitos legais de classificação como ME ou EPP, ou a elas equiparadas.

2.1.2. - Desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Pregão;

2.1.3. - Atendam a todas as exigências da Lei, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos, arcando os licitantes com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas, bem como os termos da Instrução Normativa nº 0010/2016, TCM-GO;

2.1.4 – Os itens cujo objeto contenha o limite legal fixado até R\$ 80.000,00, (oitenta mil reais), é exclusivo para as empresas preconizadas na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 que promoveu modificações na Lei Complementar nº 123, de 2006;

2.1.5 – Os Itens preconizados no subitem 2.1.4 não serão exclusivos para as empresas enquadradas na Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, ou a elas equiparadas, em qualquer umas das hipóteses descritas abaixo:

a- quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente, e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

b- o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

c - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo;

d - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

e - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou,

f - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

2.2 – Poderão participar do presente pregão as interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, que estejam legalmente constituídas e satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos e apresentem os documentos nele exigidos em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada.



2.4. Em obediência ao que estipula a Lei Federal nº 8.666/93, é vedada a participação de empresas:

- a) Em recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação (Art.78), desde que não tenham obtido judicialmente autorização para tanto;
- b) Que tenha(m) sido declarada(s) inidônea(s) pela Administração Pública e, caso participe do processo licitatório, estará (ao) sujeita(s) às penalidades previstas no Art. 97, parágrafo único da Lei Federal 8.666/93;
- c) Que esteja reunida em consórcio ou coligação;
- d) Cujos sócios ou diretores pertençam, simultaneamente, a mais de uma empresa licitante.

2.5. Não poderá participar direta ou indiretamente da Licitação, servidor da Prefeitura Municipal de Ipameri e autarquias, bem como as empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores sejam servidores da mesma (art. 9º Lei 8.666/93).

2.6. A Licitante deverá preferencialmente apresentar toda a documentação impressa em Papel tamanho A4 e ainda obrigatoriamente utilizar apenas uma das faces da folha, para melhor organização interna processual, salvo motivo justificado.

2.7. A observância das vedações dos itens anteriores é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se às penalidades cabíveis.

2.8. A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos do edital e seus Anexos e leis aplicáveis.

III - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

3.1. No caso de efetivamente externar-se inviável (item 2.1.5) a participação exclusiva de Microempresas e/ou Empresas de Pequeno Porte, o item respectivo estará aberto a ampla concorrência, devendo ser assegurado às microempresas - ME e empresas de pequeno porte - EPP, como critério de desempate, o direito de preferência para ofertar o menor preço em relação àquele lançado pelo licitante não qualificado nessas categorias.

3.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

3.3. Para efeito do disposto no art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, devendo tal proposta ser registrada, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do Art. 45, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do §



2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá usar do direito de preferência.

d) O direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte será instaurado após o encerramento da etapa de lances e antes da fase de negociação.

e) Na hipótese da não contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) O disposto no Art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

IV - DO CREDENCIAMENTO

4.1. Para o credenciamento, deverão ser apresentados os seguintes documentos **fora dos envelopes**:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**).
- b) Estatuto social, **contrato social** ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- c) Tratando-se de procurador, a **procuração por instrumento público ou particular**, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos, pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a" supra, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- d) Para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa, assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123-2006, as **licitantes deverão apresentar Certidão Simplificada da junta comercial, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas no edital.**
- e) O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.
- f) Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, da Proposta e dos Documentos de Habilitação - **ANEXO IV.**



I. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no anexo IV do edital deverá ser apresentada fora dos envelopes n. 1 e 2.

g) Declaração da Condição de Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP - **ANEXO VI.**

I. A declaração da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, para fins do tratamento diferenciado de que trata a LC n. 123/06, deverá ser apresentada **fora dos envelopes 1 e 2**, e ser assinada pelo representante legal da empresa, ou pelo contador ou, ainda, pela Junta Comercial e, sob as penas da lei, deverá estar consignado não estarem nas restrições estabelecidas nos incisos do § 4º do art. 3º da citada lei complementar.

II. O licitante que não apresentar a declaração mencionada no subitem anterior não poderá usufruir da **prerrogativa e do direito de preferência**, de que se tratam os artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

4.2. Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

4.3. A ausência do representante em qualquer momento da sessão importará na perda do direito de voz e prática dos demais atos, considerando apenas os documentos e valores já apresentados até aquele momento, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 2 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 – Proposta.

Licitante: _____

Pregão Presencial nº: 033/2021 - Sistema de Registro de Preços – SRP nº 024/2021

Processo nº: 2021017548

Objeto: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO para atender as necessidades do Município de Ipameri.

Envelope nº 2 – Habilitação.

Licitante: _____

Pregão Presencial nº: 033/2021 – Sistema de Registro de Preços – SRP nº 024/2021

Processo nº: 2021017548

Objeto: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO para atender as necessidades do Município de Ipameri.



VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

6.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos - **(ANEXO VIII):**

a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual / Municipal, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como dados bancários (nome e número do Banco, agência e conta corrente para fins de pagamento);

b) Número do processo e deste Pregão;

c) Nome completo do responsável pela assinatura do contrato, profissão, número do CPF e Carteira de Identidade e cargo na empresa;

d) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do anexo I deste edital, contendo a marca dos materiais ofertados a serem adquiridos, correspondendo às especificações do edital.

e) Preço unitário e total do item, em moeda corrente, grafado em número, e o valor global da proposta grafado tanto em número como por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, com no máximo duas casas decimais após a vírgula, sendo considerado fixo e irrevogável incluso todos os impostos, taxas, seguros, transporte e quaisquer outras despesas;

f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias, contados do dia da abertura da sessão pública;

g) As exigências acima elencadas deverão ser entregues dentro do envelope nº 1 (proposta), redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

h) A proposta juntamente com o credenciamento ainda deverá, preferencialmente, ser editadas em meio magnético através de utilização de planilha eletrônica Excel, disponibilizada juntamente com o edital, gravada em pendrive, o qual deverá estar etiquetado, com o nome da Proponente, numeração da licitação.

6.2. Os (as) licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que a Prefeitura Municipal de Ipameri não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

7.1. O envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

7.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;



- b) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- c) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- d) Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "c" deste subitem, não precisarão constar do "Envelope Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

7.1.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**)
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) **Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal**, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.
- d) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**).
- e) Certidão negativa de débitos trabalhista (**CNDT**).

7.1.2.1 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, na forma do art. 43 da Lei Complementar n. 123/2006.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa, cuja comprovação será exigida somente para efeito da assinatura do contrato ou instrumentos que o substitua.
- b) A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 2º do Art. 43, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado comprovando ter a empresa fornecido o objeto igual ou equivalente ao da licitação.

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa jurídica, datado dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

7.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Inexiste Impedimento Legal para Licitar ou Contratar com a Administração Pública **(ANEXO III)**;
- b) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre **(ANEXO II)**;

7.1.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- b) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

VIII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1. No horário e local indicado no preâmbulo será aberta a sessão de processamento do Pregão Presencial, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de quinze (15) minutos, sendo que todas as fases do procedimento serão realizadas mediante sistema eletrônico de gerenciamento adotado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e projetado em tela ampla através de “*data show*”, para acompanhamento de todos os presentes;

8.2. Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão para o Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo IV ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

8.3. Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.



8.4. A análise das propostas pelo Pregoeiro será feita por item de menor preço e sequencialmente, e visará ao atendimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto da proposta não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b)** que apresentem preços baseados exclusivamente em proposta dos demais licitantes.
- c)** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a)** Seleção da proposta por item de menor preço e as demais com preços até 10% (Dez por cento) superior àquela;
- b)** não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.6. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas para formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.7. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.8. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

8.8.1. O Pregoeiro poderá definir intervalo mínimo de lance.

8.9. Encerrada a etapa de lances e havendo microempresas ou empresas de pequeno porte em condições de exercer o direito de preferência, será adotado o procedimento de que trata o item III.

8.10. Encerrada a etapa de lances, ou exercido o direito de preferência pela microempresa ou empresa de pequeno porte, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

8.11. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

8.12. Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.



8.13. O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários dos produtos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessário.

8.14. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

8.15. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

8.16. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.17. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

8.18. No caso das microempresas ou empresas de pequeno porte apresentar restrições na regularidade fiscal, será adotada prerrogativa prevista no item 7.1.2.1s.

8.19. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos no edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

8.20. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociar com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

8.21. Classificadas as propostas pelo menor preço na forma regulamentada no edital, o Pregoeiro, poderá determinar a aferição da qualidade dos produtos, sendo este quesito, preponderante no julgamento, podendo o menor preço não ser o vencedor.

8.22. Em caso de persistência de empate será realizado sorteio público para definição da proposta vencedora

IX - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

9.1. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

9.3. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.



9.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.5. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. A adjudicação será feita de menor preço por item.

X - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Após a homologação da Licitação, a Administração, convocará a adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá responder no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis** do ato convocatório.

a) Será formalizada a Ata de Registro de Preço, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem fornecer pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

10.2. O Pregoeiro convocará formalmente o fornecedor, informando o local e data para assinatura da Ata de Registro de Preço.

a) O prazo de convocação do fornecedor poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

10.3. No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas no Edital e seus Anexos, a Prefeitura Municipal de Ipameri-GO, através de seu Órgão Gerenciador, registrará o licitante seguinte, mantida a ordem de classificação.

10.4. Publicada na imprensa oficial a Ata de Registro de Preço terá efeito de compromisso de fornecimento.

10.5. A assinatura da ata de registro de preços implica na aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e anexos pertinente.

10.6. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

a) Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93 e resolução do TCM/GO;

b) Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condição nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

c) As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.



d) Ademais, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

XI – DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preço decorrente do presente terá vigência de 12 (doze) meses.

11.2. O preço registrado na presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelado de pleno direito, conforme a seguir:

2.2.1 – Por iniciativa da Administração:

- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da requisição ou nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.

2.2.2 – Por iniciativa do fornecedor:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa, considerando-se cancelado o preço registrado.

11.5. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal de Ipameri, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

11.6. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

11.7. Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Prefeitura Municipal de Ipameri, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

XII - DA CONTRATAÇÃO



12.1. As condições contratuais constam da minuta de contrato, **ANEXO V** do Edital.

12.2. Os Proponentes Vencedores terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da convocação, para assinar o contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo Proponente Vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura Municipal de Ipameri.

12.3. A recusa injustificada do concorrente proponente vencedor em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 12 (doze) meses.

12.4. No ato da contratação, o proponente vencedor deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa;

12.5. A assinatura do contrato estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo proponente vencedor, na data da assinatura.

12.6. Por se tratar de um pregão para registro de preços, os casos em que seja firmado algum instrumento de contrato decorrente de tal documento, a vigência poderá ser prorrogada a contar do momento de assinatura do contrato firmado, de acordo com a necessidade e ajustes entre as partes, nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/1993;

a) Nos casos de contrato, o licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

XIII - DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei.

13.2. Constitui motivo para rescisão do contrato:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais e especificações;
- b) O cumprimento irregular das cláusulas contratuais e especificações;
- c) O atraso injustificado da entrega dos materiais;
- d) A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- e) A dissolução da sociedade;
- f) Alteração social ou modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa que prejudica a execução do contrato.

13.3. A rescisão do contrato poderá ser de acordo com o artigo 78 e 79 da Lei 8666/93 e 8883/94:

- a) Determinada por ato unilateral e escrita da administração, nos casos enumerados na lei;
- b) Amigável, por acordo entre as partes desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.



13.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

XIV – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 Em conformidade com o Art. 7º, §2ª do Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, fica dispensado à indicação da dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada à igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, devendo ser assinadas pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

15.3. As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

15.4. Todas as propostas, bem como os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão, serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

15.5. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, sendo aceito somente via protocolo na sede da Prefeitura Municipal de Ipameri, excluindo-se via, e-mail, fax ou outro meio.

a) A petição será dirigida ao Gestor do Município de Ipameri, que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil;

15.6. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

15.7. Os casos omissos do presente edital serão solucionados pelo Pregoeiro.

15.8. Integram o presente termo:

- a) Anexo I – Termo de Referência do objeto e suas especificações;*
- b) Anexo II - Declaração conforme o disposto no inciso XXXIII do 7º da CF/88;*
- c) Anexo III – Declaração de Fato Impeditivo de Licitar;*
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento à Habilitação;*
- e) Anexo V – Minuta do contrato;*
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para fins do Direito de Preferência e da Prerrogativa de que trata a LC 123/06;*
- g) Anexo VII – Minuta da Ata de Registro de Preços;*
- h) Anexo VIII – Modelo de proposta de preços.*
- i)*



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

15.9 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Ipameri, Estado de Goiás.

15.10. É facultado o Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

15.11. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

15.12. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site da **Prefeitura Municipal de Ipameri**, Diário Oficial do Município ou no placar de divulgação;

15.13. A participação do proponente nesta licitação implica na aceitação de todos os termos do edital e seus anexos pertinentes.

Prefeitura Municipal de Ipameri, Estado de Goiás, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2021.

BIANCA FERREIRA GENERALI CARNEIRO
Pregoeiro



PREGÃO PRESENCIAL Nº: 033/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº: 024/2021

PROCESSO Nº: 2021017548

OBJETO: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Sistema de Registro de Preços para eventual contratação de Empresas para fornecimento de **Materiais de Construção Civil** - mediante requisição/empenho, de uso contínuo de qualidade, se vincula ao planejamento anual de reposição dos insumos destinados a manutenção e construção de obras e dispositivos públicos no Município, de acordo com as demandas da Secretária de Infraestrutura e demais secretárias, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

TABELA DE REFERÊNCIA GOINFRA DESONERADA INSUMOS JULHO 2021

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES	VLR UNIT ESTIMADO	VLR TOTAL ESTIMADO
1	BARRAS	50	47214 - ACO CA-50 - 6,3 MM (1/4)	R\$ 35,84	R\$ 1.792,00
2	BARRAS	250	47215 - ACO CA-50 - 8,0 MM (5/16)	R\$ 53,51	R\$ 13.377,50
3	BARRAS	500	47216 - ACO CA-50 - 10,0 MM (3/8)	R\$ 82,04	R\$ 41.020,00
4	BARRAS	300	47217 - ACO CA-50 - 12,5 MM (1/2)	R\$ 127,28	R\$ 38.184,00
5	BARRAS	300	47218 - ACO CA-50 - 16,0 MM (5/8)	R\$ 217,43	R\$ 65.229,00
6	BARRAS	200	47219 - ACO CA-50 - 20,0 MM (3/4)	R\$ 339,69	R\$ 67.938,00
7	BARRAS	100	47220 - ACO CA-50 - 25,0 MM (1)	R\$ 530,84	R\$ 53.084,00
8	BARRAS	300	47221 - ACO CA-60 B 5,0 MM	R\$ 26,17	R\$ 7.851,00
9	METRO	600	47222 - TELA SOLDADA Q138	R\$ 25,60	R\$ 15.360,00
10	QUILOGRAMAS	60	47223 - ARAME GALVANIZADO Nº 14	R\$ 16,40	R\$ 984,00
11	QUILOGRAMAS	80	47224 - ARAME GALVANIZADO 18	R\$ 19,95	R\$ 1.596,00
12	QUILOGRAMAS	4650	47226 - ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE	R\$ 0,93	R\$ 4.324,50



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

13	QUILOGRAMAS	250	47227 - ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	R\$ 2,93	R\$ 732,50
14	UNIDADES	15	47228 - CADEADO PADO Nº50	R\$ 33,34	R\$ 500,10
15	UNIDADES	15	47229 - CADEADO PADO Nº30	R\$ 17,98	R\$ 269,70
16	UNIDADES	1000	47230 - BUCHA FISCHER COM PARAFUSO S6	R\$ 0,18	R\$ 180,00
17	UNIDADES	700	47231 - CAIBRO 5X6	R\$ 10,82	R\$ 7.574,00
18	SACO	200	47232 - CAL HIDRATADA 20KG	R\$ 9,45	R\$ 1.890,00
19	SACO	500	47233 - CAL PARA PINTURA	R\$ 9,45	R\$ 4.725,00
20	UNIDADES	2000	47234 - CANALETA CONCRETO ESTRUTURAL 14X19 X 39 CM FBK 4,5 MPA	R\$ 3,15	R\$ 6.300,00
21	METRO	500	47235 - CERAMICA 45X45	R\$ 19,29	R\$ 9.645,00
22	METRO	500	47236 - CERÂMICA ANTIDERRAPANTE 45X45	R\$ 19,58	R\$ 9.790,00
23	SACO	3000	26354 - CIMENTO PORLAND	R\$ 26,00	R\$ 78.000,00
24	UNIDADES	50	47237 - COLA BRANCA 1L	R\$ 14,47	R\$ 723,50
25	UNIDADES	100	47238 - COMPENSADO PLAST 12MM 2,2X	R\$ 67,16	R\$ 6.716,00
26	UNIDADES	100	47239 - COMPENSADO RESINADO COLA FENÓLICA	R\$ 34,19	R\$ 3.419,00
27	UNIDADES	100	47240 - COMPENSADO RESINADO 12MM	R\$ 43,56	R\$ 4.356,00
28	UNIDADES	300	47241 - CUMEEIRA P/ TELHA	R\$ 3,19	R\$ 957,00
29	METRO	200	47242 - CUMEEIRA P/ TELHA 0,5MM	R\$ 43,16	R\$ 8.632,00
30	BALDE	20	47243 - DESMOLDANTE CONCRETO 18LTS	R\$ 96,66	R\$ 1.933,20
31	PEÇA	100	27165 - DISCO DE CORTE	R\$ 6,55	R\$ 655,00
32	KILOGRAMA	40	4760 - ELETRODO 2,5 MM	R\$ 18,96	R\$ 758,40
33	UNIDADES	15	47245 - FECHADURA P/ PORTA CORRER	R\$ 85,18	R\$ 1.277,70
34	KILOGRAMA	540	47246 - IMPERMEAB FLEXÍVEL VIAPLUS 5000	R\$ 7,32	R\$ 3.952,80
35	UNIDADES	50	47247 - LIXA PARA FERRO	R\$ 1,41	R\$ 70,50



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

36	UNIDADES	80	47248 - LIXA PARA PAREDE	R\$ 0,89	R\$ 71,20
37	METRO	300	47249 - LONA PLASTICA PRETA	R\$ 1,10	R\$ 330,00
38	UNIDADES	100	47250 - MASSA CORRIDA ACRÍLICA	R\$ 111,96	R\$ 11.196,00
39	UNIDADES	100	47251 - MASSA CORRIDA PVA	R\$ 39,96	R\$ 3.996,00
40	UNIDADES	15	47252 - MASSA PLASTICA	R\$ 12,59	R\$ 188,85
41	UNIDADES	500	47253 - PARAFUSO AUTO BROCANTE	R\$ 0,21	R\$ 105,00
42	UNIDADES	200	43492 - PARAFUSO 8MM	R\$ 0,80	R\$ 160,00
43	UNIDADES	300	47254 - PARAFUSO COM BUCHA	R\$ 0,67	R\$ 201,00
44	UNIDADES	200	47255 - PARAFUSO DIAM 3/8	R\$ 1,01	R\$ 202,00
45	UNIDADES	50	47256 - PORTA LISA	R\$ 126,83	R\$ 6.341,50
46	UNIDADES	50	47257 - PORTA LISA 70	R\$ 119,85	R\$ 5.992,50
47	UNIDADES	50	47258 - PORTO LISA 60	R\$ 111,28	R\$ 5.564,00
48	UNIDADES	150	47259 - PORTAL DE MADEIRA	R\$ 108,55	R\$ 16.282,50
49	UNIDADES	30	43334 - PREGO 17X27 C/C	R\$ 12,40	R\$ 372,00
50	UNIDADES	30	47260 - PRETO 18X30	R\$ 12,40	R\$ 372,00
51	UNIDADES	30	47261 - PREGO 19X27	R\$ 12,40	R\$ 372,00
52	KILOGRAMA	20	24339 - PREGO 15X15	R\$ 13,72	R\$ 274,40
53	UNIDADES	300	47262 - SARRAFO DE MADEIRA 10CM	R\$ 8,25	R\$ 2.475,00
54	CAIXA	1800	41625 - SELADOR ACRILICO	R\$ 7,85	R\$ 14.130,00
55	UNIDADES	240	47263 - TABUA PARA FORMA 30CM	R\$ 10,62	R\$ 2.548,80
56	UNIDADES	3000	47264 - TELHA AMERICANA RESINADA	R\$ 1,90	R\$ 5.700,00
57	UNIDADES	40	47265 - TELHA ONDULADA 6MM	R\$ 23,58	R\$ 943,20
58	UNIDADES	8000	47266 - TELHA PLAN RESINDA	R\$ 1,23	R\$ 9.840,00
59	UNIDADES	4000	47267 - TIJOLO COMUM MACIÇO	R\$ 0,44	R\$ 1.760,00
60	UNIDADES	5000	47268 - TIJOLO FURADO 11,5X 14 X 29 CM	R\$ 0,84	R\$ 4.200,00



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

61	UNIDADES	10000	46397 - TIJOLO FURADO 9X14X29	R\$ 0,54	R\$ 5.400,00
62	UNIDADES	30	47269 - TINTA BASE VERNIZ	R\$ 106,70	R\$ 3.201,00
63	UNIDADES	100	47270 - TINTA ESMALTE	R\$ 88,13	R\$ 8.813,00
64	UNIDADE	30	9823 - TINTA LATEX	R\$ 98,28	R\$ 2.948,40
65	UNIDADES	30	47271 - TINTA LATEX ACRILICA	R\$ 501,66	R\$ 15.049,80
66	UNIDADES	100	47272 - TINTA PVA LATEX	R\$ 371,88	R\$ 37.188,00
67	UNIDADES	100	47273 - TINTA TEXTURIZADA	R\$ 97,74	R\$ 9.774,00
68	METRO	3000	47274 - CABO ISOLADO	R\$ 1,96	R\$ 5.880,00
69	METRO	1500	47275 - CABO ISOLADO 750V	R\$ 3,34	R\$ 5.010,00
70	METRO	1000	47276 - CABO ISOLADO 750V N°6	R\$ 5,04	R\$ 5.040,00
71	METRO	500	47277 - CABO ISOLADO 750V N°10	R\$ 8,74	R\$ 4.370,00
72	METRO	300	47278 - CABO ISOLADO 750V N°16	R\$ 14,98	R\$ 4.494,00
73	UNIDADES	500	47157 - CABO FLEXÍVEL 2,50MM2 PRETO RL	R\$ 4,50	R\$ 2.250,00
74	UNIDADES	5	47279 - CAIXA PARA QUADRO COMONDO	R\$ 161,35	R\$ 806,75
75	UNIDADES	5	47280 - CAIXA PARA QUADRO COMONDO 40X40X20	R\$ 238,17	R\$ 1.190,85
76	METRO	100	47281 - CANALETA COM TAMPA 32X16X2000	R\$ 8,67	R\$ 867,00
77	UNIDADES	100	47282 - CANALETA COM TAMPA 20X12X2000	R\$ 2,96	R\$ 296,00
78	UNIDADES	2	47283 - CONTATOR TRIPOLAR 45A	R\$ 410,45	R\$ 820,90
79	UNIDADES	2	47284 - CONTATOR TRIPOLAR 75A	R\$ 770,76	R\$ 1.541,52
80	UNIDADES	150	47285 - DISJUNTOR MONOPOLAR 10 A 32	R\$ 9,28	R\$ 1.392,00
81	UNIDADES	80	47286 - DISJUNTOR MONOPOLAR 35 A 50	R\$ 13,76	R\$ 1.100,80
82	UNIDADES	60	47287 - DISJUNTOR MONOPOLAR 40A50	R\$ 65,18	R\$ 3.910,80
83	UNIDADES	15	47288 - DISJUNTOR MONOPOLAR 60A100	R\$ 193,09	R\$ 2.896,35
84	METRO	200	47289 - ELETRODUTO PVX FLEXIVEL	R\$ 2,15	R\$ 430,00



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

85	METRO	500	47290 - ELETRODUTO PVX FLEXIVEL 20M	R\$ 1,16	R\$ 580,00
86	UNIDADES	800	47292 - ELETRODUTO PVX FLEXIVEL 25M	R\$ 1,26	R\$ 1.008,00
87	METRO	300	47293 - ELETRODUTO PVX FLEXIVEL 50M	R\$ 2,57	R\$ 771,00
88	UNIDADES	20	47294 - FITA DE AUTO FUSAO	R\$ 12,50	R\$ 250,00
89	UNIDADES	50	45753 - FITA ISOLANTE IMPERIAL 20 M	R\$ 9,23	R\$ 461,50
90	UNIDADES	50	27338 - INTERRUPTOR	R\$ 5,59	R\$ 279,50
91	UNIDADES	50	47295 - INTERRUPTOR 2 SEÇOES	R\$ 7,39	R\$ 369,50
92	UNIDADES	50	47296 - INTERRUPTOR PARALELO	R\$ 9,28	R\$ 464,00
93	UNIDADES	50	47297 - INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES	R\$ 5,69	R\$ 284,50
94	UNIDADES	80	47298 - INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES SECAO	R\$ 4,18	R\$ 334,40
95	UNIDADES	60	47299 - INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES 2 SEÇOES	R\$ 8,59	R\$ 515,40
96	UNIDADES	20	47300 - INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES 3 SEÇOES	R\$ 10,27	R\$ 205,40
97	UNIDADES	40	47301 - LUMINARIA TIPO PLAFON	R\$ 142,51	R\$ 5.700,40
98	UNIDADES	10	43092 - PADRAO MONOF 7MT DUPLO	R\$ 666,89	R\$ 6.668,90
99	UNIDADES	10	47302 - PADRAO MONOFASICO 10	R\$ 428,71	R\$ 4.287,10
100	UNIDADES	10	47303 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 12E	R\$ 117,59	R\$ 1.175,90
101	UNIDADES	100	47304 - JOELHO 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 32MM	R\$ 2,55	R\$ 255,00
102	UNIDADES	60	47305 - JOELHO 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 50MM	R\$ 6,55	R\$ 393,00
103	UNIDADES	60	47306 - JOELHO 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 60MM	R\$ 28,39	R\$ 1.703,40
104	UNIDADES	60	47307 - JOELHO 90 GRAUS SOLDABEL/ROSCA DIAMETRO 25X3/4	R\$ 3,88	R\$ 232,80
105	UNIDADES	60	47308 - JOELHO DE REDUÇÃO 90 GRAUS SOLDABEL DIAMETRO 25X20 MM	R\$ 2,65	R\$ 159,00



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

106	UNIDADES	60	47309 - JOELHO DE REDUÇÃO 90 SOLD AVL 32 MMX 25MM	R\$ 4,57	R\$ 274,20
107	UNIDADES	40	47310 - JUNÇÃO 45 GRAUS DIAMETRO 40MM (ESGOTO)	R\$ 3,47	R\$ 138,80
108	UNIDADES	40	47311 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 100X100 MM (ESGOTO)	R\$ 32,96	R\$ 1.318,40
109	UNIDADES	40	47312 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 100X50 MM (ESGOTO)	R\$ 15,41	R\$ 616,40
110	UNIDADES	40	47313 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 100X75 MM (ESGOTO)	R\$ 22,21	R\$ 888,40
111	UNIDADES	40	47314 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 50X50 MM (ESGOTO)	R\$ 8,39	R\$ 335,60
112	UNIDADES	10	47315 - QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO 24E	R\$ 217,87	R\$ 2.178,70
113	UNIDADES	100	47316 - TOMADA HEXAGONAL	R\$ 5,45	R\$ 545,00
114	UNIDADES	80	47317 - TOMADA HEXAGONAL 2P	R\$ 8,71	R\$ 696,80
115	UNIDADES	50	47318 - TOMADA HEXAGONAL 20A	R\$ 9,44	R\$ 472,00
116	UNIDADES	100	41583 - ADAPTADOR SOLD 25X3/4	R\$ 1,02	R\$ 102,00
117	UNIDADES	40	47319 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 75X50 MM (ESGOTO)	R\$ 12,34	R\$ 493,60
118	UNIDADES	40	47320 - JUNÇÃO SIMPLES DIAMETRO 75X75 MM (ESGOTO)	R\$ 15,71	R\$ 628,40
119	UNIDADES	100	47321 - ADAPTADOR SOLD 50MMX	R\$ 5,14	R\$ 514,00
120	UNIDADES	50	47323 - ADESIVO PLASTICO VISNAGA 75G	R\$ 6,60	R\$ 330,00
121	UNIDADES	30	47324 - KIT CAVALETE (D=25MM P/HIDROM. 1,5; 3 E 5M3) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	R\$ 117,77	R\$ 3.533,10
122	UNIDADES	20	47325 - ADESIVO PLASTICO FRASCO 850G	R\$ 59,58	R\$ 1.191,60
123	UNIDADES	40	47327 - ASSENTO EM POLIPROPILENO E INJETADO DE ALTA DURABILIDADE COM	R\$ 102,00	R\$ 4.080,00



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			SISTEMA DE FECHAMEN		
124	UNIDADES	20	47328 - BARRA DE APOIO EM AÇO INOX 80	R\$ 173,88	R\$ 3.477,60
125	UNIDADES	40	47329 - BRAÇO METALICO PARA CHUVEIRO	R\$ 20,26	R\$ 810,40
126	UNIDADES	100	47330 - BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 32X25	R\$ 0,50	R\$ 50,00
127	UNIDADES	100	47331 - BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20	R\$ 0,50	R\$ 50,00
128	UNIDADES	20	47332 - LAVATÓRIO MÉDIO COM COLUNA	R\$ 134,55	R\$ 2.691,00
129	UNIDADES	40	47334 - LIGAÇÃO FLEXIVEL METÁLICO DIAMETRO 1/2 (ENGATE)	R\$ 26,37	R\$ 1.054,80
130	UNIDADES	50	47333 - BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 40X32	R\$ 2,29	R\$ 114,50
131	UNIDADES	40	47335 - LUVA REDUÇÃO SOLD. BUCHA LATAO 25X1/2	R\$ 4,04	R\$ 161,60
132	UNIDADES	50	47337 - BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 50X40	R\$ 3,76	R\$ 188,00
133	UNIDADES	30	47338 - BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 60X50	R\$ 6,32	R\$ 189,60
134	UNIDADES	30	47339 - CAIXA DE DESCARGA PVC	R\$ 34,33	R\$ 1.029,90
135	UNIDADES	30	43318 - CAIXA DE GORDURA KRONA	R\$ 351,56	R\$ 10.546,80
136	UNIDADES	150	47336 - LUVA SIMPLES DIAMETRO 100MM - ESGOTO	R\$ 6,00	R\$ 900,00
137	UNIDADES	100	47340 - CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO	R\$ 4,68	R\$ 468,00
138	UNIDADES	100	47342 - CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 3/4	R\$ 2,56	R\$ 256,00
139	UNIDADES	50	47344 - CAP PVC SOLDÁVEL 20 MM	R\$ 1,44	R\$ 72,00
140	UNIDADES	50	47345 - CAP PVC SOLDÁVEL 32 MM	R\$ 2,49	R\$ 124,50
141	UNIDADES	50	47343 - LUVA SIMPLES DIAMETRO 40MM (ESGOTO)	R\$ 1,26	R\$ 63,00
142	UNIDADES	50	47346 - CAP PVC SOLDÁVEL 40 MM	R\$ 4,81	R\$ 240,50



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

143	UNIDADES	20	47347 - LUVA SIMPLES DIAMETRO 50MM (ESGOTO)	R\$ 2,74	R\$ 54,80
144	UNIDADES	20	47349 - LUVA SIMPLES DIAMETRO 75MM - ESGOTO	R\$ 5,18	R\$ 103,60
145	UNIDADES	50	47348 - CAP PVC SOLDAVEL 50 MM	R\$ 9,11	R\$ 455,50
146	UNIDADES	40	47350 - CHUVEIRO ELETRICO EM PVC	R\$ 54,90	R\$ 2.196,00
147	UNIDADES	50	47351 - LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATAO 20 X 1/2 COR AZUL	R\$ 3,79	R\$ 189,50
148	UNIDADES	50	47353 - LUVA SOLD. C/BUCHA DE LATAO 25 X 3/4 COR AZUL	R\$ 5,01	R\$ 250,50
149	UNIDADES	100	47354 - LUVA SOLD C/ROSCA 20 X 1/2	R\$ 1,58	R\$ 158,00
150	UNIDADES	100	43676 - LUVA SOLDAVEL 20MM	R\$ 0,74	R\$ 74,00
151	UNIDADES	100	41584 - LUVA SOLDAVEL 25MM	R\$ 0,92	R\$ 92,00
152	UNIDADES	50	47355 - CONJUNTO DE FIXAÇÃO	R\$ 6,02	R\$ 301,00
153	UNIDADES	50	47358 - CORPO CAIXA SIFONADA 150X150	R\$ 24,69	R\$ 1.234,50
154	UNIDADES	50	47359 - COPO CAIXA SIFONADA 100X100	R\$ 10,69	R\$ 534,50
155	UNIDADES	100	47360 - CURVA 45 GRUAS DIAMETRO	R\$ 23,99	R\$ 2.399,00
156	UNIDADES	80	47361 - CURVA 45 GRUAS DIAMETRO 40MM	R\$ 2,20	R\$ 176,00
157	UNIDADES	100	47362 - CURVA 45 GRUAS DIAMETRO 50MM	R\$ 14,36	R\$ 1.436,00
158	UNIDADES	150	47363 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO 100MM	R\$ 20,86	R\$ 3.129,00
159	UNIDADES	100	47357 - LUVA SOLDAVEL 32MM	R\$ 2,23	R\$ 223,00
160	UNIDADES	100	47366 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO 40M	R\$ 4,08	R\$ 408,00
161	UNIDADES	100	47367 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO 50MM	R\$ 9,27	R\$ 927,00
162	UNIDADES	100	47365 - LUVA SOLDAVEL 40MM	R\$ 4,57	R\$ 457,00
163	UNIDADES	50	47368 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO 75MM	R\$ 18,13	R\$ 906,50
164	UNIDADES	70	47369 - CURVA 90	R\$	R\$



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			GRUAS DIAMETRO LONGA	43,89	3.072,30
165	UNIDADES	50	47370 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 40MM	R\$ 4,88	R\$ 244,00
166	UNIDADES	50	42596 - LUVA SOLDAVEL 50MM	R\$ 5,35	R\$ 267,50
167	UNIDADES	50	47371 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 50MM	R\$ 10,23	R\$ 511,50
168	UNIDADES	50	47372 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 75MM	R\$ 30,10	R\$ 1.505,00
169	UNIDADES	150	47373 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 25MM	R\$ 3,59	R\$ 538,50
170	UNIDADES	40	47374 - LUVA SOLDAVEL 60MM	R\$ 13,96	R\$ 558,40
171	UNIDADES	100	47375 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 20MM	R\$ 2,77	R\$ 277,00
172	UNIDADES	40	47376 - REGISTRO DE GAVETA DIAMETRO 3/4 BRUTO	R\$ 23,73	R\$ 949,20
173	UNIDADES	70	47377 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO LONGA 32MM	R\$ 8,14	R\$ 569,80
174	UNIDADES	30	47379 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO SOLDAVEL40M	R\$ 14,46	R\$ 433,80
175	UNIDADES	30	47380 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO SOLDAVEL 50MM	R\$ 17,63	R\$ 528,90
176	UNIDADES	25	47381 - CURVA 90 GRUAS DIAMETRO SOLDAVEL 60MM	R\$ 43,59	R\$ 1.089,75
177	UNIDADE10	5	44814 - CAIXA D'ÁGUA	R\$ 330,86	R\$ 1.654,30
178	UNIDADES	12	47382 - CAIXA DAGUA 500LTS	R\$ 189,96	R\$ 2.279,52
179	UNIDADES	500	32015 - FITA VEDA ROSCA	R\$ 0,33	R\$ 165,00
180	UNIDADES	60	47383 - FIXAÇÃO P/LAVARORIA C/ BUCHA PLASTICA 8MM	R\$ 3,09	R\$ 185,40
181	UNIDADES	100	47384 - JOELHO 45 GRAUS 100 MM	R\$ 7,83	R\$ 783,00
182	UNIDADES	60	47385 - JOELHO 45 GRAUS 45MM	R\$ 2,03	R\$ 121,80
183	UNIDADES	60	47386 - JOELHO 45 GRAUS 50MM	R\$ 2,97	R\$ 178,20
184	UNIDADES	60	47387 - JOELHO 45	R\$	R\$



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			GRAUS 75MM	7,03	421,80
185	UNIDADES	80	47378 - REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAMETRO 1	R\$ 70,87	R\$ 5.669,60
186	UNIDADES	100	47388 - JOELHO 45 GRAUS SOLD 40MM	R\$ 7,19	R\$ 719,00
187	UNIDADES	100	47389 - JOELHO 45 GRAUS SOLD 50MM	R\$ 8,61	R\$ 861,00
188	UNIDADES	60	47390 - JOELHO 45 GRAUS SOLD 60MM	R\$ 33,32	R\$ 1.999,20
189	UNIDADES	100	47391 - JOELHO 45 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 20MM	R\$ 1,02	R\$ 102,00
190	UNIDADES	100	47392 - JOELHO 45 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25MM	R\$ 1,73	R\$ 173,00
191	UNIDADES	50	47393 - JOELHO 45 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32MM	R\$ 5,04	R\$ 252,00
192	UNIDADES	80	47394 - JOELHO 90 GRAUS 3/4	R\$ 15,54	R\$ 1.243,20
193	UNIDADES	80	47395 - JOELHO 90 GRAUS 1/2	R\$ 16,70	R\$ 1.336,00
194	UNIDADES	80	47396 - REGISTRO DE GAVETA C/ CANOPLA DIAMETRO 3/4	R\$ 10,39	R\$ 831,20
195	UNIDADES	50	47397 - JOELHO 90 GRAUS 100X50	R\$ 18,15	R\$ 907,50
196	UNIDADES	60	47398 - SIFAO FLEXIVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC PARA LAVATORIO	R\$ 10,39	R\$ 623,40
197	UNIDADES	100	47399 - JOELHO 90 GRAUS 100MM	R\$ 7,88	R\$ 788,00
198	UNIDADES	60	47400 - SIFAO METALICO P/PIA 1.1/2X2	R\$ 159,43	R\$ 9.565,80
199	UNIDADES	50	47401 - JOELHO 90 GRAUS 40MM	R\$ 1,77	R\$ 88,50
200	UNIDADES	50	47402 - JOELHO 90 GRAUS 50MM	R\$ 2,38	R\$ 119,00
201	UNIDADES	50	47403 - JOELHO 90 GRAUS 75MM	R\$ 6,20	R\$ 310,00
202	UNIDADES	100	47404 - JOELHO 90 GRAUS 20X1/2	R\$ 6,62	R\$ 662,00
203	UNIDADES	33	47405 - SIFAO P/ LAVATORIO DIAMETRO 1 X 1.1/2 - PVC	R\$ 60,00	R\$ 1.980,00
204	UNIDADES	100	47406 - JOELHO 90 GRAUS 25X3/4	R\$ 8,45	R\$ 845,00
205	UNIDADES	60	47407 - SIFAO	R\$	R\$



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			P/TANQUE 1 X 1.1/2 - PVC	11,19	671,40
206	UNIDADES	100	47408 - JOELHO 90 GRAUS SOLD 20MM	R\$ 0,61	R\$ 61,00
207	UNIDADES	100	47409 - JOELHO 90 GRAUS SOLD 25MM	R\$ 0,85	R\$ 85,00
208	UNIDADES	60	47410 - SIFAO PVC P/PIA 1.1/2 X 2	R\$ 10,36	R\$ 621,60
209	UNIDADES	10	47411 - TANQUE DE LOUÇA C/ COLUNA TAMANHO MÉDIO	R\$ 505,36	R\$ 5.053,60
210	UNIDADES	100	47412 - TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 20 MM	R\$ 1,09	R\$ 109,00
211	UNIDADES	100	47413 - TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	R\$ 1,44	R\$ 144,00
212	UNIDADES	100	47414 - TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	R\$ 4,81	R\$ 481,00
213	UNIDADES	50	47416 - TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 40 MM	R\$ 10,53	R\$ 526,50
214	UNIDADES	80	47417 - TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	R\$ 11,78	R\$ 942,40
215	UNIDADES	80	47418 - TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 MM - ESGOTO	R\$ 15,13	R\$ 1.210,40
216	UNIDADES	50	47419 - TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 50 MM - ESGOTO	R\$ 14,46	R\$ 723,00
217	UNIDADES	50	47420 - TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 75 MM - ESGOTO	R\$ 15,12	R\$ 756,00
218	UNIDADES	50	47421 - TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 MM - ESGOTO	R\$ 6,72	R\$ 336,00
219	UNIDADES	70	47422 - TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 50 MM - ESGOTO	R\$ 13,18	R\$ 922,60
220	UNIDADES	80	47423 - TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 75 MM - ESGOTO	R\$ 13,42	R\$ 1.073,60
221	UNIDADES	10	47424 - TORNEIRA BOIA DIAMETRO 1 (25 MM)	R\$ 40,11	R\$ 401,10
222	UNIDADES	10	47425 - TORNEIRA DE BOIA 3/4	R\$ 25,28	R\$ 252,80
223	UNIDADES	50	47426 - TORNEIRA DE JARDIM DIAMETRO 1/2 E 3/4 C/ BICO - METAL	R\$ 52,41	R\$ 2.620,50
224	UNIDADES	50	47427 - TORNEIRA DE	R\$	R\$



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			MESA P/ LAVATORIO DIAMETRO 1/2	44,11	2.205,50
225	UNIDADES	50	47428 - TORNEIRA DE MESA PARA PIA DIAMETRO 1/2 - BICA MÓVEL	R\$ 75,89	R\$ 3.794,50
226	BARRAS	100	47429 - TUBO LEVE PVC RIGIDO 150 MM - 6 METROS	R\$ 217,38	R\$ 21.738,00
227	UNIDADES	50	47430 - TUBO LEVE PVC RIGIDO 200 MM - 6 METROS	R\$ 362,34	R\$ 18.117,00
228	UNIDADES	200	47431 - TUBO SOLDAVEL P/ ESGOTO 100MM - 6 METROS	R\$ 83,16	R\$ 16.632,00
229	BARRAS	50	47432 - TUBO LEVE PVC RIGIDO DIAMETRO 250 MM	R\$ 446,70	R\$ 22.335,00
230	BARRAS	100	47433 - TUBO SOLDAVEL P/ ESGOTO 40MM - 6 METROS	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
231	UNIDADES	100	47434 - TUBO SOLDAVEL P/ ESGOTO 50 MM - 6 METROS	R\$ 69,30	R\$ 6.930,00
232	BARRAS	100	47435 - TUBO SOLDAVEL P/ ESGOTO 75 MM - 6 METROS	R\$ 69,30	R\$ 6.930,00
233	BARRAS	200	47436 - TUBO SOLDAVEL PVC MARROM 20 MM - 6 METROS	R\$ 20,28	R\$ 4.056,00
234	BARRAS	200	47437 - TUBO SOLDAVEL PVC MARROM 25 MM - 6 METROS	R\$ 25,98	R\$ 5.196,00
235	BARRAS	100	47439 - TUBO SOLDAVEL PVC MARROM 32 MM - 6 METROS	R\$ 58,32	R\$ 5.832,00
236	BARRAS	50	47440 - TUBO SOLDAVEL PVC MARROM 40 MM - 6 METROS	R\$ 84,90	R\$ 4.245,00
237	BARRAS	50	47442 - TUBO SOLDAVEL PVC MARROM 50 MM - 6 METROS	R\$ 97,26	R\$ 4.863,00
238	UNIDADES	20	47443 - VALVULA DE DESCARGA DUPLO	R\$ 142,38	R\$ 2.847,60



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

			ACIONAMENTO HIDRA/DOCOL (BASE E ACABAMENTO CROMADO)		
239	UNIDADES	30	47444 - VASO SANITÁRIO	R\$ 153,30	R\$ 4.599,00
240	UNIDADES	30	47445 - VASO SANITÁRIO COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO	R\$ 336,20	R\$ 10.086,00
241	UNIDADES	15	47446 - VASO SANITÁRIO PARA P.N.E COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO	R\$ 621,44	R\$ 9.321,60
242	UNIDADES	30	47447 - LAVATÓRIO MÉDIO COM COLUNA 2	R\$ 134,55	R\$ 4.036,50
243	UNIDADES	30	47448 - LAVATÓRIO MÉDIO S/ COLUNA	R\$ 85,46	R\$ 2.563,80
244	METRO	500	29135 - AREIA FINA	R\$ 126,67	R\$ 63.335,00
245	UNIDADES	200	36496 - AREIA MEDIA	R\$ 126,67	R\$ 25.334,00
246	METRO	200	9816 - AREIA GROSSA	R\$ 130,00	R\$ 26.000,00

- **OBS: O preço unitário do aço na planilha Goinfra está em KG, o mesmo foi convertido em barra considerando o peso característico de cada bitola de ferro.**
- **O preço unitário do cimento na planilha Goinfra está em KG, o mesmo foi convertido em saco de 50 kg pois é uma unidade comercial de fornecimento.**
- **O preço unitário do madeirite na planilha Goinfra está em m2, o mesmo foi convertido para peças (2,20x1,10 m) segundo padrão comercial de fornecimento de chapas.**
- **O preço unitário de alguns itens de pintura como tintas que estão na planilha Goinfra em Litros, foram convertidos respectivamente em Galão ou Lata de acordo com as respectivas unidades comerciais mais favoráveis para cada material.**
- **O preço unitário de alguns itens como massa corrida/pva e acrílica estão na tabela Goinfra em KG, os mesmos foram convertidos para Caixa de 18 kg, devido a maior padronização comercial de fornecimento.**
- **O preço unitário de alguns itens hidrossanitários como tubos/canos estão na Tabela Goinfra em Metros, os mesmos foram convertidos para Barras (6,0 metros) devido a maior facilidade de comercialização e aquisição.**

2. FONTE DE RECURSOS



As despesas decorrentes da presente licitação irão onerar as dotações, considerando as futuras necessidades do Orçamento do Contratante, conforme §2º do artigo 7º do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

Fonte: Recursos do Orçamento Geral do Município, na classificação orçamentária:

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO:

3.1. A presente contratação deverá ser realizada na Modalidade de Pregão na forma Presencial tipo Menor Preço, devendo obedecer às normas e procedimentos contidos na Lei nº 10.520/04 e subsidiariamente as normas da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

3.2. A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à aquisição dos objetos em questão, poderá ser conseguida pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado processo e procedimento licitatório, cujo fator preponderante do certamente será o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”,

3.3. Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia em função do custo benefício, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao (s) objeto ofertado (s) pela (s) empresa(s), cuja escolha recairá naquela que cotar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

3.4. As edificações públicas (escolas, creches, postos de saúde, centro de apoio, prédios administrativos, praças, quadras, parques, canteiros, vias públicas, museu, entre outros) demandam de serviços diários de manutenção e melhorias por parte da Secretária Municipal de Infraestrutura, para tanto se faz necessário a aquisição de insumos necessários a aplicação nas diversas atividades envolvidas para esse fim.

3.5. Sendo assim tais materiais serão adquiridos para aplicação nos trabalhos diários de manutenção/ reparos e melhorias das edificações e dispositivos públicos de acordo com as demandas da Secretaria de Infraestrutura por um período de 12 meses.

3.6. Os quantitativos são estimados e a licitante vencedora deverá entregar o produto mediante requisição.

4. DA PARTICIPAÇÃO: Poderão participar do presente Pregão Presencial pessoas jurídicas que satisfaçam as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. Até o 10º (décimo) dia após a apresentação da fatura, da competente liquidação da despesa e da atestação a cargo do setor próprio do Município.

5.2. O pagamento do Preço pactuado será de acordo com a entrega, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação.



5.3. A Contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com os produtos e quantidades fornecidas discriminadas e acompanhada da requisição dos mesmos.

5.4. O Pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a Contratada, ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

6. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, incluído eventuais prorrogações, a partir da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial, e a sua íntegra, após assinada e homologada, disponibilizada no site oficial do Município de Ipameri – GO e poderá ser prorrogada nas condições da Lei nº 8.666/1993, mediante ajuste entre as partes contratadas, antes de seu término.

7. DO PRAZO E LOCAL PARA A ENTREGA DO OBJETO:

7.1. As licitantes vencedoras deverão entregar os itens do presente acordo, conforme especificações exigidas neste edital e seus anexos, em até 10 (dez) dias, a partir da requisição.

7.2. A entrega dos produtos deverão ser de no máximo em até 24 (horas) após a emissão da ordem de compras, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação, deverão ser pagas até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da entrega dos produtos, obedecendo a devida ordem cronológica dos empenhos e o local da entrega deverá ser determinado pelo setor de compras do município.

7.3. O não cumprimento destes prazos dará direito a contratante a aplicação de multas e penalidades de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.4. A Fiscalização e aceitação do objeto e contrato, ficarão sob a responsabilidade dos servidores designados pelo órgão contratante, mediante Portaria, que comunicarão aos setores competentes as possíveis irregularidades ocorridas, durante o prazo de vigência deste certame.

8. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Entregue o Produto, se estiver em perfeitas condições, atestado pelo Contratante, será recebido, por servidor especialmente designado, que assinará o “TERMO DE RECEBIMENTO DO PRODUTO - TRP”.

8.2. O TERMO DE RECEBIMENTO DO PRODUTO - TRP somente será assinado se a licitante vencedora tiver atendido todas as condições especificadas



neste TERMO DE REFERÊNCIA, bem como as especificações apresentadas na sua Proposta.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

a) exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

b) intermediar a comunicação entre a CONTRATADA e as unidades da Contratante onde serão fornecidos os bens ou executados os serviços, objeto deste contrato;

c) notificar a CONTRATADA, por escrito, das eventuais irregularidades no fornecimento dos bens ou na prestação dos serviços, fixando prazo para as devidas correções;

d) prestar todas as informações necessárias ao desenvolvimento do cumprimento do contrato, quando solicitadas pela CONTRATADA;

e) suspender a execução de quaisquer fornecimentos de bens ou execução trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

f) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções e alterações do contrato;

g) supervisionar a execução dos bens fornecidos ou serviços prestados pela CONTRATADA;

h) comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na prestação dos serviços;

i) acompanhar o fornecimento dos bens ou a execução os serviços prestados pela CONTRATADA;

j) determinar, à CONTRATADA, as providências necessárias ao regular e efetivo atendimento do objeto;

k) verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;

l) responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

m) assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a) dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas;

b) executar o objeto e os serviços especificados com observância ao Termo de Referência, da boa técnica e das disposições legais e normativas pertinentes;



c) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

d) prestar, sempre que necessários todos os esclarecimentos solicitados pela Contratante, bem como atender, prontamente, às reclamações/observações/críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionadas com a execução do presente Contrato;

e) cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo observar os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensado aos membros, servidores efetivos, comissionados, servidores à disposição, estagiários e menores aprendizes do CONTRATANTE;

f) durante a vigência, a Contratada deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de compra/requisição do Setor solicitante.

g) responsabilizar-se por qualquer acidente de trabalho no fornecimento dos bens ou na execução dos serviços;

h) reportar-se ao gestor do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

i) emitir nota fiscal correspondente ao valor definido no contrato;

j) assumir o objeto deste contrato, não o transferindo, sob nenhum pretexto, para terceiros;

k) reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

l) entregar produtos de qualidade, conforme descritos, nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo substituir quaisquer produtos que não estejam dentro do padrão de qualidade, e bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade com as especificações na nota de empenho.

m) a Contratada deverá manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

n) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo dessa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

o) garantir a segurança e idoneidade das avaliações;

p) aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões nos termos do artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

q) considerar que a ação de fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

r) arcar com todas as despesas de alimentação e hospedagem do pessoal sob sua responsabilidade;



11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com o Município e será descredenciada no cadastro de fornecedores deste Município, pelo prazo de 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado da contratação, se a CONTRATADA que:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) fraudar a execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo;
- d) fizer declaração falsa; ou
- e) cometer fraude fiscal.

11.2. Ficar caracterizada fraude na execução do contrato, quando a CONTRATADA:

- a) elevar arbitrariamente os preços;
- b) entregar um bem ou serviço por outro;
- c) alterar substância, qualidade ou quantidade dos bens fornecidos ou dos serviços prestados ao CONTRATANTE; ou
- d) tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa à execução do contrato.

11.3. Ficar caracterizado comportamento inidôneo, quando:

- a) constatada má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE;
- b) atuação com interesses escusos;
- c) reincidência em faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE;
- d) tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- e) praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da execução do contrato;

f) reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio do CONTRATANTE.

11.4. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, salvo se a falta advier de caso fortuito, motivo de força maior ou outras justificativas, todas devidamente comprovadas e acatadas pela Administração, às seguintes penalidades:

- a) advertência, nas hipóteses de descumprimento de cláusulas contratuais que não resultem em prejuízo para a Administração; e
- b) multas.

12. DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do contrato se dará nos seguintes casos:



- a) permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão ou consequências letais;
- b) destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes;
- c) transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;
- d) suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os bens ou serviços contratados;
- e) manter empregado sem qualificação para executar o fornecimento de bens ou serviços contratados.

12.2. Nos termos dos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/1993.

12.2.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

12.2.2. No procedimento que visa à rescisão do contrato será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, as providências acauteladoras.

12.2.3. É admitida a fusão, cisão ou incorporação da empresa, bem assim sua alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura, desde que não prejudique a execução do contrato, cabendo à Administração decidir pelo prosseguimento ou rescisão do contrato.

13. SELEÇÃO DO FORNECEDOR: licitação, modalidade pregão presencial, para Sistema de Registro de Preços.

14. CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO CONTRATADO: menor preço por item.

15. DA VALIDADE DA PROPOSTA: A proposta deverá conter prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados da adjudicação dos objetos licitados.

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: Marcus Vinicius do Nascimento Firmino – Engenheiro Civil.

Prefeitura Municipal de Ipameri-GO, aos 06 (seis) dias do mês de outubro de 2021.



PREFEITURA DE
IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO FIRMINO

Engenheiro Civil Crea 1014624592 D/GO
Secretaria Municipal de Infraestrutura

EMERSON DE PADUA

Secretário Municipal de Infraestrutura



ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 033/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº: 024/2021

PROCESSO Nº: 2021017548

OBJETO: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ
N....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n..... e
do CPF n.....DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27
da lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido do inciso XXXIII do art. 7º da
Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre, e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(OBS: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

_____, ____ de _____ de _____

Representante Legal
(com carimbo da empresa)

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR DENTRO DO ENVELOPE DE Nº 02)



**ANEXO III
DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 033/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº: 024/2021

PROCESSO Nº: 2021017548

OBJETO: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da lei, que esta proponente não incorre em quaisquer das seguintes situações:

- a) Ter sido declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Ter sido apenada com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, nos últimos dois anos;
- c) Impedida de licitar, de acordo com o art. 9º da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Nos termos do art. 55, inc. XIII da Lei n. 8.666/93 e suas alterações comprometemo-nos a informar a ocorrência de fato superveniente impeditivo da habilitação e qualificação exigidas no edital.

_____, _____ de _____ de _____.

Representante Legal

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR DENTRO DO ENVELOPE DE Nº 02)



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 033/2021

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP Nº: 024/2021

PROCESSO Nº: 2021017548

OBJETO: Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO.

DECLARAÇÃO

..... inscrito no CNPJ N.....,
por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de
Identidade n..... e do CPF
n.....DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre plenamente
os requisitos de habilitação constantes do Edital acima referido.

_____, ____ de _____ de _____

Representante Legal

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR FORA DOS ENVELOPES)



ANEXO V
PREGÃO Nº ----/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº ----/2021
MINUTA DE CONTRATO Nº----/2021

“Que entre si celebram o Município de
Ipameri e a empresa
.....”.

I – PREÂMBULO

1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede na cidade de Ipameri-Go, à Avenida Pandiá Calógeras nº 84, centro, Palácio Entre Rios, representado por seu Gestor Público, residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº e da carteira de Identidade nº -...../....., doravante denominada **CONTRATANTE**;

1.2. A empresa, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida à, N°, Bairro, na cidade de, Estado de, neste ato representada por, profissão, portador (a) da CI RG nº SSP/___, e CPF nº, residente e domiciliado na, Bairro na cidade de, Estado de, doravante denominada **CONTRATADA**.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente contrato decorre da Licitação modalidade Pregão nº ----/2021 Processo Administrativo nº 2021017548, Sistema de Registro de Preços nº 024/2021 e tem sua fundamentação na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações posteriores e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, homologado pelo Gestor do Município de Ipameri – Estado de Goiás.

III - DO LOCAL E DATA

3.1. Lavrado e assinado aos dias do mês de do ano de dois mil e, na sede da Prefeitura Municipal de Ipameri-GO.

IV - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



4.1. Constitui objeto deste instrumento de contrato Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO para atender as necessidades do Município de Ipameri, conforme Ata de Julgamento do Pregão nº 033/2021, Sistema de Registro de Preços – SRP Nº 024/2021, nas quantidades especificadas nos anexos I do presente, que fazem parte integrante do mesmo e conforme planilha abaixo:

ITEM	QTD.	UND.	DISCRIMINAÇÃO DOS ITENS	UNIT	TOTAL
01					

V - DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

5.1. As licitantes vencedoras deverão entregar os itens do presente acordo, conforme especificações exigidas neste edital e seus anexos, mediante requisição.

5.2. A entrega dos produtos deverão ser de no máximo 02 (dois) dias após a emissão da ordem de compras, devendo a Contratada, emitir as respectivas Notas Fiscais que devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto desta Licitação, deverão ser pagas até o 10º (décimo) dia do mês seguinte ao da entrega dos produtos, obedecendo a devida ordem cronológica dos empenhos e o local da entrega deverá ser determinado pelo setor de compras do município.

5.3. O não cumprimento destes prazos dará direito a contratante a aplicação de multas e penalidades de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5.4. A Fiscalização e aceitação do objeto e contrato, ficarão sob a responsabilidade dos servidores designados pelo órgão contratante, mediante Portaria, que comunicarão aos setores competentes as possíveis irregularidades ocorridas, durante o prazo de vigência deste certame.

5.5. O recebimento do(s) material (ais) objeto da licitação estará(ão) condicionado(s) à conferência, exame qualitativo e aceitação final, obrigando-se a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, os eventuais defeitos ou incorreções porventura detectadas, sendo recebidos:

5.6. A identificação de qualquer material em discordância com a solicitação ou com a Nota Fiscal emitida, fora das especificações exigidas, em condições diferentes daquelas apresentadas na proposta, ou, ainda, que apresente qualquer vício que o torne impréstável ao fim que se destina, implicará na recusa por parte do servidor responsável pelo recebimento.

VI - DO PREÇO

6.1. O valor total deste Contrato é estimado em R\$. _____ (_____), conforme Termo de homologação do Pregão nº _____/2021.

VII - CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. Os preços dos materiais objeto desta licitação serão irremovíveis, até o período final do contrato e dos instrumentos que dele for gerado.



VII - DO PRAZO

8.1. O prazo do objeto constantes deste instrumento de contrato serão de 12 (doze) meses, sendo de _____ a _____ de _____ () de dois mil e _____. Podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade e ajustes entre as partes, nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/1993;

8.2. O licitante vencedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições de fornecimento, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento).

IX - DOS RECURSOS

9.1. Os objetos deste Instrumento de Contrato terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, assim classificados.

X – DAS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES

10. DAS OBRIGAÇÕES

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) dar plena e fiel execução ao contrato, respeitadas todas as cláusulas e condições estabelecidas, fornecendo o objeto do contrato conforme determinação da Contratante, de acordo com as necessidades e solicitação de servidor especialmente designado para essa tarefa;

b) a qualidade dos Materiais entregues deverão ser rigorosamente àqueles descritos no Edital de Pregão nº 033/2021, nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele;

c) os preços cotados incluem todas as despesas de custo, seguro, frete, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas ou de qualquer outra natureza;

d) Observar para transporte, seja ele de que tipo for, as normas adequadas relativas a embalagens, volumes, condições, armazenamento, conservação, segurança;

e) substituir quaisquer produtos que não estejam dentro do padrão de qualidade, e bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade com as especificações na nota de empenho;

f) apresentar até o quinto dia útil de cada mês Nota Fiscal que discrimine os produtos entregues no mês anterior;

g) arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com a Contratante, necessários à prestação dos serviços;



h) assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento;

i) aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos e supressões no valor atualizado do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), consoante estabelece ao art. 65 da Lei de Licitações;

j) entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado neste Termo de Referência;

k) garantir a qualidade de cada unidade dos produtos fornecidos, pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor, obrigando-se a repor aquele impróprio para o consumo, desde que a deterioração do item não tenha ocorrido por guarda, emprego ou manuseio indevidos;

l) colocar à disposição do CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

m) substituir, sempre que exigido pelo Contratante, qualquer um dos itens fornecidos que forem julgados prejudiciais ou insatisfatórios, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE;

n) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação;

o) receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência;

p) entregar produtos de qualidade, conforme descritos, nota de empenho, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele, devendo substituir quaisquer produtos que não estejam dentro do padrão de qualidade, e bom estado de conservação, que apresentem defeitos ou não estejam em conformidade com as especificações na nota de empenho.

q) durante a vigência, a Contratada deverá atender prontamente às requisições e especificações deste TERMO DE REFERÊNCIA, a partir da solicitação através de ordem de compra/requisição do Setor solicitante.

r) reportar-se ao gestor do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

s) considerar que a ação de fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

t) assumir o objeto deste contrato, não o transferindo, sob nenhum pretexto, para terceiros;

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

b) intermediar a comunicação entre a CONTRATADA e as unidades da Contratante onde serão fornecidos os bens ou executados os serviços, objeto deste contrato;



c) notificar a CONTRATADA, por escrito, das eventuais irregularidades no fornecimento dos bens ou na prestação dos serviços, fixando prazo para as devidas correções;

d) prestar todas as informações necessárias ao desenvolvimento do cumprimento do contrato, quando solicitadas pela CONTRATADA;

e) suspender o fornecimento de quaisquer produtos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

f) emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial à aplicação de sanções e alterações do contrato;

g) supervisionar a execução dos bens fornecidos ou serviços prestados pela CONTRATADA;

h) comprovar e relatar, por escrito, as eventuais irregularidades na entrega dos bens e/ou prestação dos serviços;

i) acompanhar o fornecimento dos bens ou a execução os serviços prestados pela CONTRATADA;

j) determinar, à CONTRATADA, as providências necessárias ao regular e efetivo atendimento do objeto;

k) verificar o prazo estabelecido no ajuste para apresentação das notas fiscais/faturas, recibos ou congêneres, exigindo seu cumprimento por parte da CONTRATADA;

l) responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações.

m) assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

10.3. DAS PENALIDADES E MULTAS

a) O atraso injustificado da entrega dos produtos sujeitará a adjudicatária à multa de mora, no valor de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia sobre o valor da Nota de Empenho, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais sanções.

b) A importância relativa à multa será descontada dos recebimentos a que a firma tiver direito competindo-lhe, no caso de insuficiência ou inexistência de crédito, pagá-las na tesouraria da Prefeitura Municipal de Ipameri, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de recebimento da notificação;

c) As multas e demais penalidades aqui prescritas serão aplicadas sem prejuízos das ações cíveis ou penais cabíveis ou de processo Administrativo;

d) Da pena de multa caberá recurso interposto junto a Prefeitura Municipal de Ipameri, obedecendo ao prazo da notificação, o qual deverá ser entregue;

e) A reincidência da empresa na prática de atos sujeitos à notificação de multa dará motivo à declaração de inidoneidade e impedimento de licitar com o Município de Ipameri-GO pelo período de 02 (dois) anos;



XI - DOS CASOS DE RESCISÃO

11.1. O Município Ipameri, poderá declarar rescindido o presente contrato, por motivo de:

- a) A Contratada não cumprir as disposições contratuais.
- b) Subcontratação total ou parcial do fornecimento.
- c) A entrega de mercadorias sem requisição do órgão encarregado do controle, com o respectivo visto da autoridade competente para autorização da Empresa;
- d) Dissolução da sociedade ou falecimento dos proprietários ou responsáveis;
- e) Decretação de falência da Empresa ou a instauração de insolvência civil dos proprietários;
- f) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificado e homologado pelo Município de Ipameri;
- g) A rescisão poderá ser feita por acordo entre as partes, ou judicial nos termos da Legislação.

XII - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

12.1. O presente contrato poderá ser alterado unilateralmente Pelo Município de Ipameri, ou por acordo, na forma da Lei;

12.2. As alterações serão processadas através de Termo Aditivo, nos limites permitidos em Lei.

XIII - DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos materiais ficará a cargo do Sr. MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO FIRMINO, Engenheiro Civil Crea 1014624592 D/GO.

XIV – DA INADIMPLÊNCIA

14.1. Aplicam-se no caso de inadimplência da contratada, com referência aos encargos sociais, fiscais e comerciais o disposto no Artigo 71, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

XV - DA VIGÊNCIA

15.1. O presente instrumento de contrato terá vigência de até **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/1993;

15.2. O presente Contrato poderá ter acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco) por cento do valor total do contrato.

XVI - DO FORO



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Ipameri, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

16.2 - As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo identificam-se e assinam.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GOIÁS, _____ de _____
de _____.

**Gestor Municipal
Contratante**

Contratado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Eu, _____, na qualidade de sócio proprietária da empresa _____ DECLARO, sob as penas da lei, que esta empresa enquadra-se na categoria de Microempresa – ME (ou Empresa de Pequeno Porte – EPP), na forma prevista no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e não está incurso nos impedimentos tratados no seu § 4º, podendo, assim, usufruir a prerrogativa e o direito de preferência de que tratam os arts. 42 a 45 da citada lei complementar.

Por ser a expressão da verdade firmo a presente.

Sócio Proprietário.
CPF n. _____

(ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR FORA DOS ENVELOPES)



ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP Nº ----/2021 PREGÃO PRESENCIAL N. -----/2021

PROCESSO Nº	2021017548
Ata de registro de preço, para:	Futura e eventual aquisição de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO para atender as necessidades do Município de Ipameri.
Validade:	12(doze) meses.

Às _____ horas do dia ____ de _____ de 2021, na PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI, reuniram-se na sala da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipameri, situada à Av. Pandiá Calógeras, nº 84, Centro, IPAMERI, CEP: 75.780-000, Fone: (64) 3491-6000, Fax: (64) 3491-6000, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, representado pela Pregoeira, a Sra. BIANCA FERREIRA GENERALI CARNEIRO, e os membros da Equipe de Apoio _____, _____, _____, designados pelo Decreto nº _____, de _____, com base na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Federal nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013, em face das propostas vencedoras apresentadas no Pregão Presencial nº -----/2021, cuja ata e demais atos foram homologados pela autoridade administrativa, exarado no presente processo, R E S O L V E lavrar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme as cláusulas seguintes:

I - DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preço das promitentes contratadas, visando a Futura e eventual aquisição de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para atender as necessidades do Município de Ipameri conforme quantidades e especificações constantes da cláusula quarta desta ATA, conforme condições e especificações constantes do edital do Pregão Presencial n.-----/2021, bem como da(s) proposta(s) comercial(is) da(s) PROMITENTE(S) CONTRATADA(S).

Parágrafo único: A presente Ata de Registro de Preços constitui-se em documento vinculativo e obrigacional às partes, com característica de compromisso para futura contratação.

II - DAS OBRIGAÇÕES DOS LICITANTES REGISTRADOS

2.1. São obrigações dos Licitantes Registrados, entre outras:



a) Assinar o contrato de fornecimento com A PREFEITURA MUNICIPAL DE IPAMERI-GO e/ou com os órgãos participantes no prazo máximo 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação formal.

b) Entregar os materiais no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas improrrogáveis, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, contados a partir da data da ordem de fornecimento, prorrogáveis por igual período desde que devidamente justificado o atraso.

c) Reapresentar sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação, novos documentos que comprovem todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital do Pregão Presencial nº. ----/2021.

d) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

e) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município Ipameri, aos órgãos participantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP.

f) Pagar, pontualmente, os seus fornecedores e as obrigações fiscais com base na presente ata, exonerando o Município de Ipameri e os Órgãos Participantes de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento.

III - DA VIGÊNCIA DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura.

IV - DO REGISTRO DOS PREÇOS

4.1. O preço registrado, a quantidade e o fornecedor dos materiais constantes desta, encontram-se contidos na tabela abaixo:

ITENS	RAZÃO SOCIAL	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações do Município de Ipameri, entre outras:

a) Gerenciar esta Ata de Registro de Preços, providenciando a indicação, sempre que solicitado, dos fornecedores, para atendimento às necessidades da Administração, obedecendo à ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos participantes desta Ata;

b) Observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

c) Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Registro de Preços, através do Órgão Gerenciador;

d) Publicar o preço, o fornecedor e as especificações do objeto, em forma de extrato, na imprensa oficial do Município, sem prejuízo de outras formas de divulgação,



inclusive pela rede mundial de computadores - Internet, durante a vigência da presente ata;

e) Notificar a Contratada, imediatamente, sobre eventuais imperfeições, incongruência ou falhas observadas na execução do especificado nesta licitação.

VI - DA CONTRATAÇÃO

6.1. Observados os critérios e condições estabelecidos no edital do Pregão Presencial n. 033/2021 o Município Ipameri/Órgão Gerenciador e/ou órgãos participantes, visando alcançar a quantidade de bens pretendida, poderá contratar concomitantemente com um ou mais fornecedores que tenham seus preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento das detentoras, e obedecida à ordem de classificação das propostas e os preços registrados.

6.1. O Registro de Preços efetuado não obriga o Município Ipameri /Órgão Gerenciador a firmar as contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o objeto, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

6.3. A contratação junto a cada fornecedor registrado será formalizada pelos órgãos integrantes da Administração Direta ou Indireta ou Autarquia, mediante a assinatura deste.

VII - DO PAGAMENTO À CONTRATADA

7.1. O Município de Ipameri pagará à contratada, pelo fornecimento dos materiais, o valor registrado nesta Ata de acordo com a quantidade efetivamente entregue mediante a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente dos materiais entregues, devidamente atestada pelo setor responsável.

7.2. Por se tratar de Ata de Registro de Preços, a qual não obriga o ente à aquisição de toda a quantidade licitada, o pagamento será efetuado de acordo com as ordens de compra expedidas, podendo ser dividido em até 10 (dez) vezes.

7.3. O pagamento só poderá ser efetuado desde que a NF/Fatura seja apresentada com acompanhamento dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda.
- b) Certidão Negativa de tributos expedida pela prefeitura municipal;
- c) Certidão Negativa de Débito - CND Federal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.4. A nota fiscal/fatura que não aprovado pelo Município de Ipameri ou pelos órgãos municipais será devolvido à Contratada para as devidas correções, passando a contar novos prazos previstos nesta Cláusula, a partir da data de sua reapresentação e consequente aprovação.



VIII - DAS PENALIDADES

8.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata o Município de Ipameri poderá, garantido o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, aplicar à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total registrado;
- c) Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Ipameri, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

8.2. A penalidade de advertência poderá ser aplicada nos seguintes casos, independentemente da aplicação de multas:

- a) Descumprimento das obrigações assumidas, desde que não acarretem prejuízos para o Município de Ipameri;
- b) Execução insatisfatória ou inexecução do objeto da licitação, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade;

8.3. Decorridos 02 (dois) dias de atraso na entrega dos produtos, sem que tenham sido apresentadas justificativas plausíveis, estará caracterizado o descumprimento total das obrigações assumidas, caso em que, além de aplicar a multa prevista no inciso II da Cláusula Décima segunda, poderá o Município de Ipameri optar pela rescisão desta.

8.3.1. As multas a que se refere o inciso II da Cláusula oitava não impedem que o Município Ipameri Rescinda, unilateralmente, o Contrato ou cancele o Registro de Preço do fornecedor e, ainda aplique as outras sanções previstas na Cláusula, facultada o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório da Promitente.

8.4. As multas aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município Ipameri;

8.4.1 Inexistindo pagamento devido pelo Município de Ipameri, ou sendo este insuficiente, caberá à contratada efetuar o pagamento da multa, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da comunicação de confirmação da sanção;

8.4.2. Não se realizando o pagamento nos termos acima definidos, o Município de Ipameri poderá se houver valer-se do valor dado em garantia e, não sendo este suficiente, far-se-á a sua cobrança judicialmente.



8.5. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta se constatada má fé, ação maliciosa e premeditada da contratada em prejuízo do Município de Ipameri, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízos o Município de Ipameri ou aplicações sucessivas das outras penalidades anteriormente descritas.

8.5.1. A penalidade prevista nesta cláusula é de competência do ÓRGÃO GERENCIADOR e/ou ÓRGÃO PARTICIPANTE, facultada à contratada o devido processo legal, a ampla defesa e contraditória, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

IX - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

9.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº. 8.666/1993 Decreto Federal nº 7.892/2013.

9.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas a condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com órgão gerenciador.

9.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.4. Ademais, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O Registro de Preços dos fornecedores registrados será cancelado quando:

- a) O fornecedor descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) O fornecedor não assinar a Ata de Registro de Preço no prazo determinado no edital, sem justificativa aceita pelo Município de Ipameri.
- c) Se constatar a existência de declaração de inidoneidade do fornecedor;
- d) O fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, no caso deste se tornar superior ao praticados no mercado;

10.2. Por iniciativa da Administração:



- a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa da requisição ou nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.
- c) Houver interesse público, devidamente fundamentado;

10.3. Por iniciativa do fornecedor:

- a) Mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8.666/93.

10.4. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.5. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na imprensa, considerando-se cancelado o preço registrado.

10.6. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Ipameri, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

10.7. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

10.8. Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o Município de Ipameri, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 As omissões desta ATA e as dúvidas oriundas de sua interpretação serão sanadas de acordo com o que dispuserem o Edital do Pregão Presencial n. 033/2021 e as propostas apresentadas pela contratada(s), prevalecendo, em caso de conflito, as disposições do Edital sobre as das propostas.

11.2. O presente registro decorre de adjudicação a promitente(s) contratada(s) dos objetos, cujas descrições, quantidades e especificações constam no Termo de Referência - Anexo, do Pregão Presencial n.033/2021, conforme decisão do Pregoeiro do Município de Ipameri, lavrada em Ata datada de _____, e homologação feita pelo Gestor do Município de Ipameri.

11.3. Caberá ao Departamento de Compras do Município de Ipameri o gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços nos termos da legislação vigente.



PREFEITURA DE IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

11.4. Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

11.5. O Sr. **MARCUS VINICIUS DO NASCIMENTO FIRMINO** Engenheiro Civil Crea 1014624592 D/GO, fica responsável pelo acompanhamento e fiscalização quanto à completa execução do Contrato, conforme IN nº 010/2015, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.

11.6. A assinatura desta ata implica na aceitação de todas as condições estabelecidas no edital e anexo pertinente do pregão presencial nº 033/2021 e ata de registro de preços nº 024/2021.

11.7. Fica eleito o foro da Comarca deste Município, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução desta ATA, com renúncia das partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam a presente Ata.

_____, em _____, de _____ de _____.

Município de Ipameri
Gestor Municipal Contratante

Pregoeiro

Contratada(s):



PREFEITURA DE
IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

Timbre da empresa

**ANEXO VIII
MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ CONSTAR DENTRO DO ENVELOPE DE Nº 1

**PREGÃO Nº 033/2021- SRP Nº 024/2021
PROCESSO: 2021017548**

A empresa _____ situada na rua _____ nº _____ cidade _____, Fone: _____, CNPJ nº _____ Inscrição municipal/estadual nº _____ envia a proposta para Futura e eventual aquisição de **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para atender as necessidades do Município de Ipameri, conforme itens relacionados abaixo:

Item	Qtde	Unidade de Medida	Especificação	Marca	Valor unitário	Valor total
01					R\$	R\$
02					R\$	R\$
03					R\$	R\$

Valor Da Proposta: R\$ _____
(_____)

Validade Da Proposta: 60 DIAS

Declaro que a entrega dos produtos será realizada nas condições estabelecidas neste edital.

Declaro de que o preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável em todo o período da vigência do contrato, exceto a ocorrência das possibilidades previstas no art. 65, II, "d" e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Declaro que a proposta foi elaborada de forma independente.

-----, ----- de ----- de 2021.

DECLARO QUE ACEITO TODAS AS CONDIÇÕES DO TERMO ACIMA CITADO,

Nome da empresa (assinatura)